

CASTRO ALVES E A CONSTRUÇÃO DO “QUINTO IMPÉRIO” BRASILEIRO: REPÚBLICA IMAGINÁRIA/ NAÇÃO LITERÁRIA

*Adriano Bitarães Netto**

RESUMO

O presente artigo procura fazer uma releitura da poética e da imagem autoral de Castro Alves, reavaliando o discurso canônico que sempre se fez e ainda se faz do “poeta dos escravos”. Desaturar a obra e a figura do autor não significa reduzi-los e desprestigiá-los, mas revisita-los, observando-os dentro do contexto histórico, político e cultural em que estão inseridos. É esse o caminho percorrido nesse texto que tem a intenção de analisar Castro Alves e o seu desejo de construir uma nação republicana através da poesia.

Mário de Andrade, em *Aspectos da literatura brasileira*, dedica um capítulo a Castro Alves iniciando-o da seguinte forma:

É bem desagradável a tarefa que me impuseram de estudar Castro Alves em face do nosso tempo. Porque outra coisa não poderá ser [senão] uma revisão de valores. Dar a um artista identidade eterna será mera presunção nossa, pois o que vale para as tendências e aspirações de uma época muitas vezes se tornam defeitos em outra. (Andrade, 1972, p. 109)

Sem dúvida nenhuma, um olhar contemporâneo sobre o texto de Castro Alves nos demonstra que o seu desejo (o de fundar uma nação republicana, colocando-se enquanto o mártir capaz de falar em nome do seu povo) é, no mínimo, utópico e pretensioso. O que não significa ser “desagradável” analisá-lo. Mário de Andrade

* Universidade Federal de Minas Gerais.

considerava enfadonho o estudo do poeta, provavelmente, porque buscava no autor do século XIX as ideologias dos modernistas do início do século XX, o que é uma ingenuidade. Todos nós estamos circunscritos a um tempo-espaço e a uma maneira de ver as coisas. Criticar a construção textual de um poeta do passado, querendo ver na sua poética as características do presente, torna-se um erro crasso. Não queremos, com isso, dizer que precisamos parar no tempo e olhar a obra de Castro Alves sob uma ótica do século passado. O que se pretende fazer é dialogar com as temporalidades, respeitando as ideologias existentes em cada uma, sem querer preterir uma à outra, sem querer projetar em uma os anseios da outra.

Influenciado fortemente por Victor Hugo e pelas idéias republicanas que atravessavam o Atlântico e aportavam no Brasil, Castro Alves, já em seu primeiro livro, **Espumas flutuantes**, exaltava a necessidade de se cantar os feitos nacionais da nova Nação Republicana que emergia nos trópicos:

*É a hora das epopéias,
Das Ilíadas reais
...
(...) uma nação...
Encontra nomes tão grandes
Que não lhe cabem na mão!...
Heróis! (...)
...
Vós sois o cedro da história
A cuja sombra da glória
Vai-se o Brasil abrigar.
(Alves, Au dous de julho. **Espumas flutuantes**)*

Tendo como abrigo a epopéia-lírica de Castro Alves, o Brasil é minuciosamente pintado. Num brado retumbante, a flora, a fauna e o povo heróico brasileiro alertam ao mundo o nascimento de uma nova pátria livre – A Terra de Santa Cruz:

*Terra de Santa Cruz, sublime verso
Da epopéia gigante do universo,
Da imensa criação,
Com tuas matas, ciclopes de verdura
Onde o jaguar, que passa na espessura,
Racha as folhas no chão.

Como és bela, soberba, livre, ousada!
Em tuas cordilheiras assentada
A liberdade está.
(Alves, Ao romper d’Alva. **Os escravos**)*

Livre também é o herói dessa epopéia: o poeta. Flanando pelo corpo imaginário e inteiriço da nação, cabe à “lira”, construída pelo “poeta errante” (Alves, 1971),

falar em nome do povo e pintar a aquarela brasileira com as cores locais. Daí a necessidade que o poeta tem de percorrer o país para narrá-lo, para descrevê-lo em todas as suas idiosincrasias e, principalmente, para homogeneizar as suas diferenças, soldando, amalgamando e polindo a fronteira nacional. Por isso, Castro Alves associa o poeta ao judeu despatriado Ahasverus:

*O gênio é como Ahasverus... solitário
A marchar, a marchar no itinerário
Sem termo do existir.*
(Alves, Ahasverus e o gênio. **Espumas flutuantes**)

O constante marchar do poeta, pelo próprio país, torna-o um eterno despatriado, o que nos remete à idéia de que o lugar do poeta é sempre o exílio, pois a sua pátria nunca está a seu alcance. Considerando-se estrangeiro no próprio país, o eu-poético – presente não só nos poemas de Castro Alves, mas na maioria dos poetas românticos e também na poética de Manuel Bandeira – se vê na obrigação de ir embora para Pasárgada, para o país ideal por ele construído. A presença dos adjuntos adverbiais dêíticos (o *aqui* e o *lá* da “Canção do Exílio” por exemplo) tão recorrentes nessa poética saudosista, demonstram a insatisfação dos poetas em estarem onde se encontram. Os poetas estão sempre onde não desejam, pois estão no real, no *aqui* e não no ideal, no *lá* almejado. Incompreendidos em seu tempo real cabe a eles partirem em busca de um novo tempo e uma nova mentalidade para o próprio bem de sua pátria:

*Que importa os raios trovejem
Nas florestas do existir.
Parti pois! Homens do livro!
Podeis ousados partir!
Pois sereis..., vindo com glória,
Ou morrendo na vitória...
Homens do livro da história
Dessa bíblia do porvir!*
(Alves, Aos estudantes voluntários. **Hinos do Equador**)

Considerando-se “um bravo soldado da redenção da humanidade” (apud Peixoto, s./d., p. 100), como o próprio Castro chegou a se definir, sempre existiu no Vate Condoreiro certa “febre de além”, certo desejo de ser o artista civilizador imortalizado na história nacional. O poeta demiurgo se via detentor de um *status quo* que o permitia ser porta-voz da humanidade. William Wordsworth, no “Prefácio às Baladas Líricas”, reitera esse *pathos* romântico do poeta como um gênio superior, fazendo a seguinte afirmativa:

Ele [o poeta] é um homem que fala aos homens: um homem, é bem verdade, dotado de uma sensibilidade mais viva, de maior entusiasmo e ternura, que tem maior conhecimento da natureza humana e uma alma mais abrangente do que se crê existir usualmente na humanidade. (Wordsworth, apud Lobo, 1987, p. 177)

O que Wodsworth chamou de “sensibilidade mais viva”, Castro Alves traduziu por “Eu sinto em mim o borbulhar do gênio” (Alves, 1971). Como percebemos, os poetas românticos se vêem como os escolhidos por Deus, os únicos detentores de um Dom Celeste – a poesia – que Deus não deu aos animais nem aos outros homens (Alencar, apud Castello, 1996, p. 30). No poema “O Vôo do Gênio”, o eu-poético comprova essa idéia ao sentir-se tocado por um dom divino:

*Um dia, em que na terra a sós vagava
Pela estrada sombria da existência
Senti as asas de um arcanjo errante
Roçar-me brandamente pela frente.*
(Alves, O vôo do gênio. **Espumas flutuantes**)

A mesma idéia é reforçada em outro poema em que novamente a figura do poeta está pintada e esculpida de maneira exacerbada. Iluminado por uma luz transcendental, o poeta é o detentor de um “olhar visionário” e de um “ouvido atento” que “escutava (...) o respirar de Deus”. (Alves, 1971)

A imagem do poeta enquanto “o escolhido” nos remete à literatura portuguesa e ao conceito de “Quinto Império” (utilizado, aqui, apenas na sua concepção utópica, estando totalmente desvinculado à idéia de monarquia). Entretanto, se os portugueses buscavam um retorno a um tempo áureo que existiu historicamente, o mesmo não se pode dizer no caso brasileiro. Ou seja, Castro se coloca nitidamente como o messias que irá resgatar a aurora da vida nacional, o paraíso perdido que “o povo brasileiro” desejava reconquistar; só que, no nosso caso, esse passado glorioso nunca existiu, o que demonstra o caráter pedagógico de sua poética. Walter Benjamin “chama de tempo messiânico, uma simultaneidade de passado e futuro em um presente momentâneo” (Anderson, 1989, p. 33). A presença dessa temporalidade é fundamental para todo texto que se propõe fundacional. Como toda nação não existe sem um passado, para construí-la é preciso se valer da memória, e quanto mais distante, oculto ou inexistente está ou é o passado nacional, maior é o desejo de redimi-lo no presente através dela. Só que a memória é o resgate de um passado, construído pelo presente, tendo em vista um futuro a ser realizado. Ou seja, as fissuras identitárias do presente tentam ser soldadas pelas narrativas do passado nacional já almejando um futuro promissor. O que reitera a necessidade de se trabalhar com uma narrativa teleológica, com um discurso pedagógico que se utiliza de um tempo linear, homogêneo e vazio indispensável para amalgamar as frestas temporais e polir as diferenças sociais, culturais, raciais e econômicas do arcabouço imaginário da nação. Daí a necessidade constante, nos versos de Castro Alves, do país ser redescoberto, voltando a um passado onde todos eram livres, demonstrando, assim, a importância da República: forma política desejada no presente que reconstituiria a liberdade do passado. Mais uma vez o poeta se vê como o Dom Sebastião ou o Dom João que irá retornar trazendo consigo todo o passado áureo, comprovando que a pátria e o povo brasilei-

ros são os “escolhidos” por Deus, são os exemplos a serem seguidos por todas as outras nações:

*Tudo me diz que o Eterno, na idade prometida,
Há de beijar na face a terra arrependida
Que lava a iniquidade, a escravidão e o crime,
Hão de nascer videntes nos campos das idades,
Amores, esperanças, glórias e liberdades !
Então, num êxtase santo, escuto a terra e os céus,
O vácuo se povoa de sua sombra, ó Deus !
E, ouvindo nos espaços as loucas utopias
Do futuro cantarem as doces melodias,
Dos povos das idades, a nova promessa...
Me arrasta ao infinito a águia da inspiração...
Então me arrojo ousado das eras através,
Deixando estrelas, séculos, volverem-se a meus pés...
Porque em minh'alma sinto ferver enorme grito,
Ante o estupendo quadro das telas do infinito...*

...

Eu vejo a terra livre...

(Alves, O vidente. **Os escravos**)

*E bradei: “Meu canto, voa,
Terra ao longe ! Terra à proa !...
Vejo a terra do porvir !...”*

(Alves, Adeus, meu canto. **A cachoeira de Paulo Afonso**)

Acreditando na imagem aurática do poeta, do artista civilizador que, ao falar de si, na verdade, fala em nome de todos aqueles pertencentes à sua época, Castro Alves sempre se colocou não só como o visionário, o iluminado, o único capaz de ouvir Deus, mas também como aquele que dialoga com o povo, desejando ajudá-lo e salvá-lo; o poeta almeja ser, portanto, o Prometeu libertário do povo brasileiro que estava acorrentado pelas algemas da monarquia escravocrata. Antonio Candido denominou tal atitude de “profissão de fé da poesia social romântica” (Candido, 1993, p. 250). Fé essa que se mistura à esperança e à necessidade de se permitir que o povo “fale”. No poema “O Povo ao Poder”, o eu-poético pede para que novamente o povo possa assumir a praça pública, possa ter voz e participar da construção dos caminhos que deverão ser percorridos pela nação:

*A praça , a praça é do povo !
Como o céu é do Condor !*

...

*Deixai-nos soltar um grito,
Que trepando no Infinito,
Talvez desperte o senhor.*

*A palavra, vós roubai-la
Dos lábios da multidão.*

...

*Irmãos da terra da América,
Filhos do solo da cruz,
Erguei as frentes altivas,
Bebei torrentes de luz !*

...

*Lançai um protesto, Ó Povo,
Protesto que o mundo novo
Manda aos tronos e às Nações !*

(Alves, O povo ao poder. **Juvenília**)

Com o intuito de restituir a palavra aos “lábios da multidão”, Castro Alves comportava-se como o herói que iria retirar a mordida dessa raça asfixiada pelo velho mundo absolutista. Confirmando, mais uma vez, que o nacionalismo para os românticos, como nos diz Machado de Assis, é “uma questão de legítimo amor-próprio” (Assis, apud Alves, 1971, p. 801), o poeta retrata a República como uma problemática pessoal. Victor Hugo é um excelente exemplo sobre tal temática, pois ele “pensa que todo verdadeiro poeta (...) deve conter em si a soma das idéias de seu tempo” (Hugo, apud Lobo, 1987, p. 131), demonstrando que, ainda que a poética romântica esteja marcada por um subjetivismo, esse Eu que fala, ao dizer sobre si mesmo, retrata o seu tempo e sua época. Daí a ideologia de que caberia ao poeta “elevantos acontecimentos políticos (...) à dignidade de fatos históricos” (Hugo, apud Lobo, 1987, p. 133). Em Castro Alves esse desejo é nítido; o poeta, através da linguagem, transforma o cotidiano em algo sublime, modulando e metamorfoseando o dia-a-dia em grandiosos acontecimentos históricos. Em seus poemas, o Eu, o particular almeja ser o espelho do Nós, do coletivo. Portanto, ao dizer “o povo”, Castro Alves, na verdade, explicitava o seu próprio desejo. Mais uma vez temos o caso do *um* que fala em nome de *muitos* que não têm a menor consciência dos acontecimentos do país. Ou seja, o universal, o nacional, na verdade, é o particular exaltado e visto enquanto dominante. O discurso de Castro é uma fala branca e livresca que se imagina no *outro* coletivo e mestiço. “O povo” em seus poemas, salvaguardando as devidas proporções, não passou de uma recorrente apóstrofe. Claro que para o século XIX a poética castroalvina representou um marco histórico na literatura brasileira. Sem dúvida alguma, a ruptura propagada pelo poeta fez exaltar os ânimos no século passado. Não é em vão que grande parte da crítica brasileira referia-se e refere-se ao poeta com epítetos grandiloquentes que se consagraram em nossa literatura. Jorge Amado, em **ABC de Castro Alves**, afirma que o poeta foi o primeiro a dizer debaixo dos trópicos a Nação Brasileira. Realmente, depois de Gregório de Matos, Castro deve ter sido um dos primeiros poetas a lançar um olhar para a raça negra brasileira, ainda que esse olhar estivesse marcado por uma retina etnocêntrica do branco.

Castro Alves ficou reconhecido, em nossa literatura, como o messias da ra-

ça negra, “o poeta dos escravos”. Tal perífrase, entretanto, deve ser (re)vista com um olhar mais crítico e distanciado do turbilhão encomiástico que sempre se fez e se faz diante da imagem do Vate Condoreiro.

Ainda que o poeta tenha sido um dos primeiros a falar sobre o negro, definitivamente, ele não falava para o negro, nem ao menos dialogava com ele. O negro em seus versos está bem próximo da imagem do “bom selvagem” indígena. Cheios de bons sentimentos cristãos, o escravo é praticante do catolicismo, ao invés do candomblé, e mais amante da terra brasileira do que de sua própria terra natal, como está explicitado no poema “A Canção do Africano”. O negro, por ele pintado, estava próximo da realidade de sua imagem apenas nas cenas que se passavam nas senzalas, ou seja, enquanto ainda era subserviente à raça branca. Ao transformar o negro em herói é visível como o poeta sente uma necessidade de idealizá-lo, de branqueá-lo, aproximando-o dos heróis canônicos. O mesmo acontece com as figuras femininas. A mulher escrava, enquanto amante, é sempre “morena”, só aparecendo negra quando o seu parceiro também é um negro e não o eu-poético branco. Manuela, Lúcia e Maria são exemplos de figuras femininas que foram branqueadas nos idílios existentes na lírica de Castro Alves. Vistas enquanto objeto sexual, tais mulheres despertam no eu-lírico branco toda uma atração que as mulheres brancas, com exceção das prostitutas, não poderiam oferecer.

A constante idealização da imagem do negro, em seus traços físicos e morais, tão recorrente na literatura brasileira, é analisada por Antonio Candido na **Formação da literatura brasileira**:

*Enquanto se tratava de cantar as mães-pretas, os fiéis pais-joões, as crioulinhas peraltas, ia tudo bem; mas na hora do amor e do heroísmo, o ímpeto procurava acomodarse às representações do preconceito. Assim, os protagonistas de romances e poemas, quando escravos, são ordinariamente mulatos, a fim de que o autor possa dar-lhes traços **brancos** e, deste modo, encaixá-los nos padrões da sensibilidade **branca**. (Candido, 1993, p. 247-248, grifo do autor)*

Esse é o caso do escravo descrito por Castro Alves; o negro é tematizado por razões que estão mais próximas da incompatibilidade existente entre um país republicano e simultaneamente escravocrata, do que por verdadeiro interesse em transformá-lo em cidadão nacional. José Murilo de Carvalho nos chama a atenção para esse fato:

Quando o negro era tema literário, era-o antes como símbolo de uma causa humanitária, o abolicionismo. Tal é, por exemplo, o caso de Castro Alves, chamado de poeta dos escravos. O negro aparece em seus poemas menos como pessoa concreta do que como vítima de uma instituição odiosa que envergonha o país. Os sentimentos atribuídos aos negros são projeções da cultura branca. (...) Pensa-se na escravidão como instituição bárbara que é preciso destruir, mas não no negro como eventual cidadão. (Carvalho, 1995, p. 18)

Mário de Andrade, contundentemente, afirma que “Castro Alves jamais ergue os escravos até sua altura, mas se abaixa até os seus irmãos inferiores” (Andrade, 1972, p. 111). Ainda que não fale, o negro ao menos é falado pela poética de Castro que, no século XIX, faz com que os seus leitores e ouvintes deixem de percorrer apenas os nobres salões e adentrem as senzalas de suas próprias fazendas, como nos demonstra o eu-poético do poema “Tragédia no Lar”:

*Leitor, se não tens desprezo
De vir descer às senzalas,
Trocar tapetes e salas
Por um alcouce cruel,
Vem comigo, mas... cuidado...
Que o teu vestido bordado
Não fique no chão manchado,
No chão do imundo bordel.
Não venhas tu que achas triste
às vezes a própria festa.
Tu, grande, que nunca ouviste
Senão gemidos da orquestra...
Porque despertar tu'alma,
Em sedas adormecida,
Esta excrescência da vida
Que ocultas com tanto esmêro?*

*Não venham esses que negam
A esmola ao leproso, ao pobre.
A luva branca do nobre
Oh ! senhores, não mancheis...
Os pés lá pisam em lama,
Porém as fronteiras são puras
Mas vós nas faces impuras
Tendes lodo, e luz nos pés.
(Alves, Tragédia no lar. Os escravos)*

A ironia com que o poeta se dirige aos próprios leitores, a elite do século passado que esconde atrás da aparente alvura toda a perfídia, sordidez e podridão que não é comparável nem mesmo ao chão da senzala, demonstra que o seu principal interesse não é retratar o negro, mas a desumanidade do senhor de engenho. Muito mais que poeta dos escravos, Castro Alves é o poeta da República. O negro chega a ser um artifício utilizado por ele para alcançar o seu objetivo maior: criticar a imagem da monarquia escravocrata para, a partir daí, fundar uma nova identidade nacional.

Descrevendo a desonra da América ao permitir que em suas terras exista tão hediondo crime escravocrata, o poeta, constantemente, ataca o Novo Continente que se transformara no grandioso cáucaso da tragédia negro-prometéica:

*Senhor Deus dos desgraçados!
Dizei-me vós, Senhor Deus!
Se é loucura... se é verdade
Tanto horror perante os céus?!
Ó mar, porque não apagas
Co'a esponja de tuas vagas
De teu manto este borrão? ...
Astros! Noites! Tempestades!
Rolai das imensidades!
Varrei os mares, tufão!*

*Quem são estes desgraçados
Que não encontram em vós,
Mais que o rir calmo da turba
Que excita a fúria do algóz?
Quem são? Se a estrela se cala,
Se a vaga à pressa resvala
Como um cúmplice fugaz,
Perante a noite confusa...
Dize-o tu, severa Musa,
Musa libérrima, audaz!...
(Alves, O navio negreiro. Os escravos)*

*Povo! Povo infeliz! Povo, mártir eterno,
Tu és do cativo o Prometeu moderno...
Enlaça-te no poste a cadeia **das Leis**,
O pescoço do abutre é o cetro dos maus reis.
Para tais dimensões, p'ra músculos tão grandes,
Era pequeno o Cáucaso... amarram-te nos Andes.
E enquanto, tu, Titã, sangrento arcas aí,
O século da luz olha... caminha... ri...
Mas não! mártir divino, Encélado tombado!
Junto ao Calvário teu, por todos desprezado,
A musa do poeta irá – filha do mar –
O oceano de sua alma... em cantos derramar...
(Alves, Vozes d'África. Os escravos, grifo do autor)*

A Monarquia, o grande abutre do século XIX, ensangüentava, comia, destroçava e assassinava não só os escravos trazidos da África, mas também todo o ideal republicano vindo da Europa. Por isso, a musa libérrima deverá ajudar ao poeta a entoar um canto que lave essa mancha vil da “comunidade imaginada” republicana, e a denunciar um “povo que a bandeira empresta/P'ra cobrir tanta infâmia e covardia!...” (Alves, 1971). Bandeira essa que deve ser esfacelada na revolução libertária, assim como destruída também precisa ser a mácula escravocrata da nossa história:

*Senhor, não deixeis que se manche a tela
Onde traça a criação mais bela*

*De tua inspiração.
O sol de tua glória foi toldado...
Teu poema da América manchado,
Manchou-o a escravidão.*
(Alves, O romper D'Alva. **Os escravos**)

A idéia da escravidão como mancha nas páginas da epopéia brasileira também encontra-se no poema “América” e na epígrafe do fragmento do poema acima citado – “Ao Romper D'Alva”:

*Página feia, que ao futuro narra
Dos homens de hoje a lassidão, a história
Com pranto escrita, com suor selada
Dos párias misérrimos do mundo!...
Página feia, que eu não posso altivo
Romper, pisar-te, recalcar, sumir-te... (Pedro Calasans)*
(Alves, O romper d'Alva. **Os escravos**)

A indignação de Pedro Calasans é a mesma de Castro Alves. Ambos preocupam-se com a imagem e a história nacional e não necessariamente com as injustiças praticadas contra os negros. Ainda que não possa também, romper, pisar, recalcar e sumir com a escravidão, Castro Alves ao menos se coloca como o que irá reescrever a história nacional – através da Revolução Republicana – libertando essa raça que o escolheu para falar em seu nome. Isso explica a excessiva analogia, presente nos seus versos, entre o guerreiro e o poeta, a espada e o livro. A independência da América se faz, portanto, pelo livro/espada erguido pelo poeta/herói:

*... Se a pena é a espada
Por mão de Homero vibrada,
Com o gládio – epopéia ousada -
Traça os mundos – Napoleão...*
(Alves, Os estudantes voluntários. **Hinos do Equador**)

É através do livro – “esse audaz guerreiro/Que conquista o mundo inteiro” (Alves, 1971) – que o poeta faz a revolução, mostrando mais uma vez que a construção da nação se dá, principalmente, através dos discursos que forjam a sua identidade imaginada. Discursos esses que são produzidos pela elite cultural estrangeira e propagados no Novo Mundo. Benedict Anderson, ao analisar a construção das nações americanas durante o século XIX, faz a seguinte afirmativa:

*Da Confusão americana brotam estas **realidades imaginadas**: Estados-nação, instituições republicanas, cidadania universal, soberania popular, bandeiras e símbolos nacionais, etc., e a liquidação de seus contrários: impérios dinásticos, instituições monárquicas, absolutismos, vassalagens, nobrezas hereditárias, servidões, guetos, e assim por diante. (Anderson, 1989, p. 92, grifo meu)*

Anderson reitera, ainda, que “os movimentos de independência na América se tornaram ‘conceitos’, (...) e, de fato, ‘projetos’” que já contavam com um “‘modelo’ ‘do’ Estado nacional independente à disposição para ser plagiado” (Anderson, 1989, p. 92). Portanto, a escrita “escravocrata” e “direcionada para o povo” realizada por Castro Alves foi, em suma, plágio de um discurso que circulava entre os intelectuais europeus e americanos. O Brasil libertário e abolicionista que o poeta desejava conquistar através de seus versos foi uma utopia, um desejo de estar ao lado das grandes potências mundiais. Estar ao lado delas significava, para o poeta, imitá-las, ser simulacro e eco das suas posturas culturais, econômicas, políticas e nacionais. Não é sem sentido que os grandes heróis que inspiraram Castro Alves tenham sido Victor Hugo e Napoleão, os dois maiores mártires do liberalismo internacional durante o século passado.

Victor Hugo, em “Prefácio à Hernani”, reforça a união que deve ser mantida entre a literatura e a política:

... O liberalismo literário não será menos popular que o liberalismo político. A liberdade na arte, a liberdade na sociedade, eis o duplo objetivo, (...) eis a dupla bandeira (...) que devem ter em mente, numa única marcha, os espíritos conseqüentes e lógicos... (Hugo apud Lobo, 1987, p. 135)

Com certeza, Castro foi um desses “espíritos” a que se refere Victor Hugo. Ao mesmo tempo que desconstrói a imagem da nação monárquica e estilhaça a bandeira que encobre a mortandade propiciada pela escravidão, o poeta constrói a imagem da nação Republicana, demonstrando que é preciso:

*... a esta Grécia brasileira,
Legar no testamento – uma bandeira,
E ao mundo – uma nação.*
(Alves, Estrofes do solitário. Os escravos)

Para destruir a nação monárquica e erguer o “Quinto Império” Republicano não é necessário somente uma nova bandeira, mas também outros ícones identitários tais como: o hino, os dias cívicos, o calendário nacional, e, sobretudo, a imagem da nova raça, sempre descrita como a águia desbravadora, o albatroz incansável e o condor livre. A presença desses “elementos protonacionais”, segundo Eric Hobsbawm, é de fundamental importância para se criar um sentimento nacionalista, pois “o mero estabelecimento de um Estado não é suficiente em si mesmo, para criar uma nação” (Hobsbawm, 1990, p. 93). É importante salientar, como nos diz Gellner, citado por Anderson, que “o nacionalismo não é o despertar das nações para a autoconsciência: ele *inventa* nações onde elas não existem” (Anderson, 1989, p. 14). Daí a importância da literatura, principalmente nos séculos anteriores, para a construção nacional. As nações são antes de tudo literárias, discursivas, são textos escritos que saem da página em branco e ganham corpo se imiscuindo ao imaginário coletivo. O sentimento nacionalista é algo imposto por uma elite pensante que nos diz ser neces-

sário cultivar as nossas raízes para que tenhamos uma identidade, ou pelo menos, uma imagem do que ela deveria ser. Hobsbawm cita o comentário oficial do governo indiano sobre tais questões nacionais que diz o seguinte:

A Bandeira Nacional, o Hino Nacional e as Armas Nacionais são os três símbolos através dos quais um país independente proclama sua identidade e soberania. Por isso, eles fazem jus a um respeito e a uma lealdade imediata. Em si já revelam todo o passado, pensamento e toda a cultura de uma nação. (Hobsbawm, 1984, p. 19)

Ou seja, os ritos nacionalistas, de atear a bandeira, cantar o hino nacional ou comemorar o dia da independência, são a reatualização do que nunca existiu. Todos esses atos apontam, no presente, para um fato histórico do passado que foi veiculado por uma narrativa apologética forjada pela elite.

... A história que se tornou parte do cabedal de conhecimento ou ideologia da nação, Estado ou movimento, não corresponde ao que foi realmente conservado na memória popular, mas àquilo que foi selecionado, escrito, descrito, popularizado e institucionalizado por quem estava encarregado de fazê-lo. (Hobsbawm, 1984, p. 19)

O poeta do século passado se vê como o encarregado por tal serviço. É nítida na poética de Castro, assim como na maioria dos românticos, a preocupação em se cantar a natureza, a raça, a bandeira, os dias cívicos, as guerras, enfim, é perceptível a preocupação de traçar, assim como Napoleão, as fronteiras e a imagem da nação.

Daí a recorrência, na poética do Vate Condoreiro, dos textos que relembram o calendário nacional. Dois poemas com o mesmo título “Ao Dous de Julho” (feitos em 1864 e em 1876) e outro poema intitulado “Ode ao Dous de Julho”, expressam a importância dessa data para a historiografia nacional, pois no dia 2 de Julho de 1823 os brasileiros expulsaram os portugueses que dominavam a cidade de Salvador. Além desse dia, como não poderia faltar, há também o poema que exalta o dia da Independência: “Ao dia 7 de Setembro”. Nele, o poeta, ainda com quatorze anos, já declamava na comemoração do dia pátrio, no Ginásio Baiano, os seguintes versos:

*Foi hoje que o Lusitano,
Que o filho de além do mar,
Despertou com forte brado
A Pátria que era a sonhar.*

(Alves, Ao dia 7 de setembro. **Hinos do Equador**)

Outro marco histórico que Castro Alves versejou muito foi a Guerra do Paraguai: talvez o primeiro embate de caráter nacional (já que as Revoluções anteriores – as Conjurações e a Inconfidência – tiveram muito mais um caráter regional, circunscrevendo-se apenas a determinadas áreas) e o maior movimento responsável pela construção da imagem do povo brasileiro enquanto *uno e coeso*.

Entretanto, tão imaginário e textual quanto o conceito de nação é o conceito do povo que a identifica. “O povo” é “o ‘objeto’ histórico de uma pedagogia nacionalista” (Bhabha, 1990, p. 17), já que ele não passa de abstração, de uma homogeneização, de *muitos* visto como *um*: “many as one”. (Bhabha, 1990, p. 17)

No caso da Guerra do Paraguai e também da escravidão, alia-se a esse conceito de “povo” não só os que estão vivos, mas também os que morreram para construir uma sociedade mais livre. Os mortos nas guerras e nas revoluções cantados por Castro Alves nos levam à metáfora nacionalista dos “túmulos dos Soldados Desconhecidos”, trabalhada por Benedict Anderson:

Não há símbolo mais impressionante da moderna cultura do nacionalismo do que os cenotáfios e os túmulos de Soldados Desconhecidos. (...) Por mais que esses túmulos estejam vazios de quaisquer restos mortais identificáveis, ou almas imortais, eles estão, porém, saturados de fantasmagóricas imaginações nacionais. (Anderson, 1989, p. 17)

A nação, assim como o povo, são túmulos, são imagens construídas, são arcabouços discursivos a que se prestam homenagens, aclamações e apologias como se esses corpos virtuais existissem na realidade. Entretanto, essas devoções nacionalistas são levadas aos extremos por aqueles que se sentem filhos da pátria/mãe que os engendrou. Nesses casos, morrer ou matar tornam-se gestos pequenos diante a grandiosidade da justificativa que os sustenta: a proteção da nação.

Cabe ao poeta, e Castro Alves se incumbia desse papel, imortalizar os mortos, reacender a chama da memória que, aos poucos, se esvai com o arrastar dos séculos, como nos diz o eu-poético de “Diabo Mundo”:

*Precipitam-se os séculos, afundam-se
Nações e populações...
Somem-se impérios, povos... e devora
O olvido infundas raças.
(Alves, Diabo mundo. Hinos do Equador)*

Submersos nas terras americanas, o povo brasileiro, até então olvidado na sua bravura, é reerguido na poética do Vate Condoreiro. Profetizando a ascensão do “Quinto Império” Republicano, o poeta-visionário, o Sebastianista Republicano, anunciava que a nação brasileira iria se levantar das cinzas, expulsar as sombras e lavar de sua história a mácula da monarquia escravocrata. Verdadeiro messias da identidade nacional, Castro Alves, num tom divinatório, informa no poema “O Livro e a América” que a poesia é o túmulo que eterniza a imagem da nação:

*Num poema amortalhada
Nunca morre uma nação
(Alves, O livro e a América. Espumas flutuantes)*

É assim, imortalizada pela poética de Castro Alves, que a pátria brasileira, esse cadáver-nação, pode ser ressuscitada pela crítica do nosso século. Ao reerguer a imagem nacional construída no século XIX, deve-se também lançar um novo olhar para a poesia que a instaurou. Sem dúvida alguma, fazer uma releitura de Castro Alves significa fazer uma releitura da própria história nacional e dos discursos que nos narraram nesses últimos séculos. Narrativas essas que parecem ser reais, imemoriais e eternas, quando são, em sua maioria, ficcionais e mais recentes e peremptórias do que se pensa.

RÉSUMÉ

Cet article cherche à faire une rélecture de la poétique et de l'image de Castro Alves, en réévaluant le discours canonique qui a toujours été fait et qui se fait encore sur le "poète des esclaves". Dessacraliser l'oeuvre et la figure de l'auteur ne signifie pas les réduire et leur manquer du respect, mais les réétudier, en les analysant dans le contexte historique, politique et culturel dans lequel ils sont insérés. Voilà le chemin parcouru dans ce texte qui a l'intention d'analyser Castro Alves et son désir de construire une nation républicaine à travers la poésie.

Referências bibliográficas

- ALVES, Castro. **Grandes poetas românticos do Brasil**. São Paulo: Discubra, 1971. v. 2.
- AMADO, Jorge. **ABC de Castro Alves**. 13. ed. São Paulo. Martins, 1969.
- ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Ática, 1989.
- ANDRADE, Mário de. **Aspectos da literatura brasileira**. 4. ed. São Paulo: Martins, 1972.
Castro Alves
- ASSIS, Machado de. **Obra completa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1985. v. 3.
- BHABHA, Homi K. **Nation and narration**. London, New York: Rotledge, 1990. (Tradução parcial realizada pelos Cadernos CESPUC. v. 1).
- CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira**. 7. ed. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Itatiaia, 1993. Poesia e oratória em Castro Alves, v. 2.
- CARVALHO, José Murilo de. Brasil; nações imaginadas. **Antropolítica**, Niterói, v. 1, p. 7-36, jan./jun. 1995.
- CASTELLO, José Aderaldo. **A polêmica sobre a Confederação dos Tamoios**. São Paulo: FFCL/USP, 1996.
- HOBSBAWM, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- HOBSBAWM, Eric J. Introdução; a invenção das tradições. In: HOBSBAWM, Eric, RANGER, Terence (Org.). **A invenção das tradições**. Trad. Celina Cardim Cavalcante. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- LOBO, Luiza. **Teorias poéticas do romantismo**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- PEIXOTO, Afrânio. **Castro Alves, o poeta e o poema**.